

Vida que segue, memória que resiste: arquivo e dialética na obra de José Saramago

Wagner Lacerda

Mestrando em Estudos Literários na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).
e-mail: lacerdasl@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente artigo é refletir sobre possíveis ligações entre literatura, história e política na obra do escritor português José Saramago. Tendo como *corpus* desse trabalho as obras *Levantado do Chão* (1980) e *A Caverna* (2000), poderemos observar a atitude política do intelectual que se propõe a ser uma voz dissonante do capitalismo global. Serão de grande valia para o trabalho em questão ideias e conceitos propostos e/ou defendidos por Karl Marx, Jacques Derrida, Walter Benjamin, Michel Foucault e Beatriz Sarlo.
Palavras-chave: 1. José Saramago. 2. arquivo. 3. dialética. 4. marxismo.

Se o homem é formado pelas circunstâncias, então é necessário formar as circunstâncias que vão formar o homem. Acredito que isso seria o humanismo em sua plenitude.
José Saramago

O enfrentamento das múltiplas relações existentes entre a literatura, a história e a política é, atualmente, um dos campos de estudos mais férteis na área das ciências humanas. Historiadores, cientistas políticos, antropólogos e estudiosos das áreas de Letras, como teóricos e críticos literários, linguistas e até mesmo autores de ficção, têm produzido uma grande variedade de conferências, discussões e trabalhos sobre o tema. É a partir da atenção a esse debate que pretendemos desenvolver nossas reflexões.

Nosso interesse na questão reside, primeiramente, no fato de que tal associação entre os três campos de conhecimento citados é inquestionável. Ela existe, e podemos discutir sobre suas especificidades, mas não podemos negá-la. Para alguns críticos, não haveria nenhuma influência entre a literatura, a história e a política; para outros, tudo se resumiria a tal influência. Ambos os raciocínios se revelaram, com o tempo, errados. Lembremo-nos, a título de ilustração, dos *new critics*, do realismo crítico soviético ou de conceitos tradicionais sobre o estudo da história. Outros motivos de interesse pela questão são a multiplicidade de, diríamos, faces que a compõem e as variadas ideologias e propostas que nela interferem.

E como poderemos pensar de modo ainda pertinente a respeito desse entrelaçamento que nos propusemos a estudar? Acreditamos que, já de início, devemos modificar nossos conceitos sobre cada um dos lados da questão. Explicando melhor: repensemos nossas concepções de literatura, de história e de política. Diremos que a primeira é muito mais que um simples texto escrito, que a segunda não é um acúmulo de dados sem nenhum encadeamento entre eles, e que a terceira não é uma disputa maniqueísta

que se resolve por meio de sazonais disputas eleitorais/eleitoreiras. Atendo-nos a essas renovadas – e brevíssimas – concepções, poderemos compreender melhor a estruturação dos laços que as unem.

Muita gente, na escola, já se perguntou: para que serve estudar história? O estudante decora a data do armistício da Guerra de York, toda a linhagem da família real da Áustria e o organograma político da Atenas antiga, sem que isso lhe traga qualquer conhecimento, utilidade ou prazer. Não que nossa ideia seja discutir o ensino dessa ou de qualquer outra disciplina na escola. Mas, pensamos que podemos discutir, a partir do reconhecimento evidente desse ensino fadado ao fracasso, uma questão: tem algo errado na compreensão geral que se tem da história. Aliás, mais que isto, tem alguma coisa errada na concepção do que vem a ser esse campo de estudos das Ciências Humanas.

A história não é um acúmulo inerte de dados, datas e nomes isolados e sem qualquer conexão com a realidade. Se a entendermos como um arquivo – e pensamos que ela, efetivamente, o seja –, podemos observar a definição de Michel Foucault para este e nos esclarecer melhor. Ele afirma que o arquivo, através de um valor diferencial e não unificador, congrega em seu interior múltiplos e distintos discursos. Foucault diz ainda que o arquivo “é a borda do tempo que envolve nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade” (FOUCAULT, 1972, p. 163). Então, entendemos que o arquivo em questão, a história, conforme colocamos anteriormente, não é um amálgama indiferenciado de lembranças sem qualquer influência nos tempos em que hoje vivemos, mas, sim, uma construção que respeita as diferenças e que permanece presente e atuante.

Essa discussão sobre a história ser considerada um arquivo pode ser substancialmente ampliada trazendo à tona algumas idéias de outro intelectual contemporâneo: Jacques Derrida. Em determinado trecho de *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, ele afirma:

Não comecemos pelo começo nem mesmo pelo arquivo.

Mas pela palavra “arquivo” – e pelo arquivo de uma palavra tão familiar. *Arkhe*, lembremos, designa ao mesmo tempo o *começo* e o *comando*. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, *ali onde* as coisas *começam* – princípio físico, histórico ou ontológico –, mas também o princípio da lei *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social, *nesse lugar* a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico (DERRIDA, 2001, p. 11).

Lembre-nos dos arcontes gregos para entender melhor essa colocação. Eles eram juízes que guardavam em suas casas os documentos oficiais das cidades-estado da Grécia antiga. E competia a eles, também, interpretá-los. Só eles tinham o poder para tal ato. Nas residências dos arcontes nasceram os arquivos primordiais. Mantinham-se a guarda dos atos administrativos e políticos e da história do Estado, bem como a competência hermenêutica sobre eles no mesmo local, no mesmo domicílio. Fica mais clara, então, a posição do arquivo como “começo” e “comando”. Outra vez, Derrida:

Depositados sob a guarda desses arcontes, *estes documentos diziam, de fato, a lei: eles evocavam a lei e convocavam à lei*. Para serem assim guardados, na jurisdição desse *dizer a lei* eram necessários ao mesmo tempo um guardião e uma localização. Mesmo em sua guarda ou em sua tradição hermenêutica, os arquivos não podiam prescindir nem de suporte nem de residência (DERRIDA, 2001, p. 13, grifo nosso).

Pensamos que essa concepção inicial de arquivo como “começo” e “comando”, exposta por Jacques Derrida pode nos ajudar, também – como nos ajudaram as colocações de Foucault sobre o arquivo –, a pensar sobre o processo histórico. Na medida em

que transpomos para a historiografia tradicional os tais conceitos de “começo” e “comando” interligados e necessariamente implicados em situações de guarda e de hermenêutica, muita coisa se esclarece. Não é o que acontece na historiografia tradicional – e, por extensão, na história universal, como Walter Benjamin bem identificou –, associar-se uma coisa a outra? Podemos imaginar uma grande quantidade de exemplos para corroborar tal hipótese. Fiquemos, por hora, com os variados casos de religiões e de Estados, democráticos ou não, que guardam em seus “domicílios” documentos históricos e os interpretam à maneira que melhor lhes convier, restando depois para nós apenas decorar e repetir a versão que nos chegar. Em outras palavras, esse duplo significado linguístico nos põe face a face com uma situação que precisamos encarar: a relação intrínseca entre o arquivo e o poder. São os detentores do poder na sociedade que também detêm os arquivos. É o poder, dispondo das informações, das evidências e dos relatos de fatos acontecidos, que estrutura a história de acordo com seus interesses.

Se quisermos repensar o conceito de história em outro sentido, teremos que atuar em dois momentos diferentes: no passado, que toca o presente, e no presente, que envolve o futuro. Nas memórias de ontem e nas ações de hoje. Ao retomarmos a hipótese que defendemos anteriormente, colocamos em discussão a seguinte hipótese: se a história é um arquivo, ela pode, e deve, ser revisitada, reinterpretada e reorganizada; não é amorfa, imutável e prisioneira de um destino inexorável. Falemos em uma política efetiva dos arquivos, como, mais uma vez, nos ensina Derrida:

Certamente, a questão de uma política do arquivo nos orienta aqui permanentemente, mesmo se a duração de uma conferência não nos permite abordá-la diretamente e com exemplos. Não determinaremos jamais esta questão como uma questão política entre outras. Ela atravessa a totalidade do campo, e na verdade determina, de parte a parte, a política como *res publica*. Nenhum poder político sem controle do arquivo, mas da memória. A democratização efetiva se mede sempre por este critério essencial: *a participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação* (DERRIDA, 2001, p. 16, grifo nosso).

O “acesso ao arquivo” de que nos fala Derrida, “à sua constituição e à sua interpretação” é, em outras palavras, o que já havíamos defendido anteriormente como forma de reconstrução do processo histórico: atuar em seu presente e em seu passado. Atuar no passado será, diríamos, remexer nos arquivos da história oficial. E remexer nesses arquivos é *a priori* separar o que é memória e o que é versão oficial fingindo ser memória. Aqui, a literatura começa a se enredar com a história. Parece-nos que a primeira é dotada de grande eficácia quando se trata de desmanchar as pretensas oficialidades da segunda. Em consonância com palavras de Beatriz Sarlo, pensamos ser a literatura moderna a grande opositora dos discursos autoritários. Como afirma Sarlo, é a literatura, desde o século XIX até os tempos atuais, que:

Acolhe a ambigüidade ali onde as sociedades querem bani-la; diz, por outro lado, coisas que as sociedades prefeririam não ouvir; com argúcia e futilidade, brinca de reorganizar os sistemas lógicos e os paralelismos referenciais; dilapida a linguagem porque a usa perversamente para fins que não são apenas prático-comerciais; cerca as certezas coletivas e procura abrir brechas em suas defesas; permite-se a blasfêmia, a imoralidade, o erotismo que as sociedades somente admitem como vícios privados; *opina, com excessos de figuração ou imaginação ficcional, sobre história e política*; (...) falsifica, exagera, distorce porque *não acata os regimes de verdade dos outros saberes e discursos*. Mas nem por isso deixa de ser, a seu modo, verdadeira (SARLO, 1997, p. 28, grifo nosso).

Não é á toa que a literatura, bem como as outras artes, é um dos primeiros discursos reprimidos pelos regimes autoritários. A história oficial que eles querem contar não se afina com a história que a literatura pode contar...

E sobre a história presente – aquela que estamos construindo dia após dia e que vislumbra o futuro –, como podemos pensá-la? Mais, como podemos agir em relação a ela? Pensamos que só há um modo coerente de pensar e de agir com tudo que estamos propondo até aqui: trilhar a história presente dentro da lógica de um contínuo processo dialético. Só ele, por meio de inumeráveis teses, antíteses e sínteses, pode dar conta de agregar em seu desenvolvimento os tais múltiplos e distintos discursos de que nos falava Foucault. E, pensando na dialética como elemento fundamental dessa outra história, somos remetidos a Karl Marx e a Walter Benjamin.

Um “marxista” pode não ter entendido nada do que leu. Um cidadão qualquer, comunista inveterado – segundo ele próprio –, repete fórmulas prontas de vinte, cinquenta, cem anos atrás, diz que é “radical”, e está dito, é marxista. Vejamos o que diz o próprio Marx em prefácio escrito, com Friedrich Engels, à edição alemã de 1872 do *Manifesto do Partido Comunista*, que fora escrito por ambos em 1848:

Apesar das condições terem se alterado consideravelmente nos últimos vinte e cinco anos, os princípios gerais desenvolvidos neste *Manifesto* conservam, grosso modo, ainda hoje toda a sua razão de ser. Haveria que fazer aqui e ali algumas emendas. *A aplicação prática desses princípios – o Manifesto deixa claro – dependerá sempre e em toda a parte das circunstâncias históricas dadas* (MARX, 2003, p. 13, grifo nosso).

A história para Marx é, então, construída a cada momento; é o resultado do tal contínuo processo dialético de que falávamos. Novas “circunstâncias históricas dadas” exigirão sempre novas respostas por parte do sujeito que as confronta. E desse encontro emergirão novas circunstâncias que exigirão novas respostas, e assim por diante. Não é uma história totalizadora, imutável e perdida no passado. Ela está sempre sendo construída através de um ciclo dinâmico de ações e reações em que somos peças fundamentais. Tanto variam os fatos históricos, quanto as maneiras de compreendê-los e de neles interferirmos. Retomando os conceitos de Michel Foucault e de Jacques Derrida, poderíamos dizer que variam os itens do arquivo e as idas a ele. Ainda que existam variadas diferenças entre as idéias dos três pensadores, nesse caso, a proximidade se impõe.

E não podemos prescindir da presença de Walter Benjamin nessa discussão. Parece-nos ter sido ele um dos pensadores contemporâneos que melhor compreendeu, definiu e difundiu a noção de história que estamos procurando estabelecer como parâmetro para nossa discussão. Em “Sobre o conceito da história”, ele opõe firmemente à história universal estruturada sobre um historicismo imutável e baseado em mera adição de dados, uma historiografia marxista/materialista, dizendo que esta se baseia em um “princípio construtivo” (BENJAMIN, 1989, p. 231) e que ela se afasta de forma radical da primeira. Ainda no mesmo texto, Benjamin diz:

O historicista apresenta a imagem “eterna” do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz “era uma vez”. Ele fica senhor das suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o *continuum* da história (BENJAMIN, 1989, p. 231).

Assim, após essas rápidas colocações, configura-se o conceito de história que nos parece mais pertinente. Partindo das concepções de Marx e nos utilizando de ferramentas teóricas idealizadas por Foucault e Benjamin, podemos, então, formalizar: a história pode ser pensada como um arquivo cujos elementos são consignados em suas diferenças, e não a partir de um critério totalizador e uniformizante; e só pode ser compreendida como um *continuum* processo dialético, desencadeado pela interferência única e exclusiva do homem. E como poderia se dar a interferência do homem sobre

essa outra história? Através de ações políticas, de atitudes efetivamente políticas, cotidianas e tenazes que, partindo de cada indivíduo, poderão interferir no contínuo movimento dialético da história.

Fazer arte pode ser uma ação política a interferir no *continuum* histórico. E quando dizemos isso, estamos pensando no valor de uma arte que, propondo-se a atuar politicamente, compreende o contínuo processo dialético de construção da história e o acompanha, buscando nele intervir.

A obra do escritor português José Saramago é, certamente, um bom exemplo desta arte. Intelectual incansável, marxista por formação e socialista convicto, ele tem uma produção literária em que se destaca a indissociabilidade existente entre a voz do escritor e a do político. Em seus livros, a literatura e a política convivem harmoniosamente, sem quaisquer prejuízos para o trabalho estético e para a proposta política do autor. Saramago compreende, assimila e propaga a mesma concepção de história que estamos defendendo desde o início. Sabe que ela é um contínuo processo dialético e que só a ação do homem tem poder de nela interferir. A atitude política da qual tanto falamos, capaz de possuir esse poder de interferência, está lá em seu texto, tanto por parte dele próprio, quanto por parte dos personagens. Por vezes, isso ocorre de forma mais explícita em textos claramente engajados, como em *Levantado do Chão* (1980); em outras, de forma mais alegórica, como em *A Caverna* (2000).

Tomamos como exemplos os dois romances citados anteriormente por questão de escolha. Pensamos que podem nos servir, efetivamente, para demonstrar a hipótese que propusemos: Saramago compreende a dinâmica da história e, como marxista, sabe que situações diferentes exigem reações diferentes. E age de forma coerente com seu pensamento. Na obra de 1980, o inimigo é um regime com líder conhecido e ações claras – a ditadura de António de Oliveira Salazar, que só veio a ser derrubada em 25 de abril de 1974, durando quase 50 anos no poder –, protegendo evidentes interesses de latifundiários e associando-se a uma igreja nada cristã personificada na figura dos múltiplos Padres Agamedes. Já na de 2000, ele é um tanto quanto disperso; é representado por um Centro econômico que, dia após dia, vai soturnamente “engolindo” o trabalho, as tradições e a cultura do povo da região onde funciona. No tal Centro, ordens “vindas de cima” associadas a um organograma de poder multifacetado diluem ao máximo a imagem do inimigo a ser enfrentado. Para situações tão distintas, surgirão reações distintas.

Em *Levantado do Chão*, conhecemos a saga da Família Mau-Tempo. Sua história com todas as aventuras e desventuras, alegrias e sofrimentos, vitórias e derrotas. Uma jornada heróica em que vemos o levantar-se do chão do homem do povo – Mau-Tempo, alentejano, português, um espoliado qualquer, pouco importa – rumo ao dia levantado e final – o tal 25 de Abril, data da Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura salazarista. Saramago faz de seu livro um libelo contra a opressão e a injustiça; ninguém é poupado, expõem-se as mazelas do latifúndio, do Estado e da Igreja. Por trás do tema principal – a saga da família Mau-Tempo –, entrelaçam-se inúmeros enredos, personagens, momentos e localidades, tendo sempre como pano de fundo a história política da Europa e de Portugal no século XX. Os Mau-Tempo são o recorte de uma sociedade estratificada, na qual a grande maioria dos indivíduos é isolada física e materialmente.

A diferença entre a literatura de Saramago e a de alguns outros escritores de tendências realistas e/ou sociais é que ele não se propõe apenas a narrar histórias. Conforme já dissemos, ele opta por atuar politicamente por meio de seus textos, interferindo no processo histórico. E em *Levantado do Chão*, essa interferência se dá pelo processo desalienante a que o autor faz a família Mau-Tempo se submeter. De objetos a sujeitos da história, tudo muda, desde o ancestral Domingos, absolutamente alienado e indiferente à ditadura que se instalava – lembrando, a de Salazar –, até os membros da terceira geração da família, já vivendo em um estágio de desalienação pré-revolucionário simbolizado, principalmente, pela coragem de Gracinda, uma mulher que passa a lutar ao lado dos homens da família por justas reivindicações, e pelo domínio da linguagem por parte de António, fatos marcantes no universo dos trabalhadores

do campo. A história dos portugueses que Saramago se propõe a construir trilhará, então, novos caminhos. Atingido o grau de conscientização adequado, o povo se rebela e derruba a ditadura opressora.

Em *A Caverna*, Saramago precisou repensar bastante coisa. Nunca é demais repetir: para situações diferentes, reações diferentes. Mas, diga-se de passagem, sem abandonar os princípios. E ele não os abandona de forma alguma. Continua ao lado dos menos favorecidos, denunciando a opressão, combatendo a alienação e questionando dialeticamente o processo de construção da história. Porém, sabe que o cenário mudou. E sabe que sua atitude política terá de mudar também.

É emblemático, para nossa discussão, o fato de *A Caverna* vir a ser publicado no ano 2000. Nos vinte anos que separam este romance de *Levantado do Chão*, muita coisa mudou. E o ano 2000 é bastante simbólico dessas mudanças – ainda que algumas delas já viessem ocorrendo desde os anos 90. A principal delas diz respeito ao inimigo opressor a ser combatido rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

Com a derrubada do Muro de Berlim, o fim da União Soviética – e da Guerra Fria – e a queda de diversos regimes políticos – de exceção, na esmagadora maioria – que vigoravam no mundo há muito tempo, encerrou-se aquela que Hobsbawm intitulou a Era dos Extremos – época que, para o historiador, vai da Primeira Guerra Mundial, em 1918, até à extinção da ex-URSS, já no final do século 20, em 1991. Neste tempo era bastante simples reconhecer o oponente a ser confrontado; porém, próximos ao novo século que se aproximava – o XXI – tudo se complica, no sentido de não se saber mais quem combater. Quem é o inimigo? Quem impede a construção de uma sociedade melhor? Como lutar contra esse inimigo? Onde combatê-lo? Apenas uma avaliação é correta: se antes a opressão se dava por vias políticas, agora é por vias econômicas. A opressão política é combatida, como já vimos em *Levantado do Chão*, pela revolução. Mas, e a opressão econômica? Aliás, quem é esse “opressor econômico”?

Saramago está atento a tais questões e identifica, em várias entrevistas, tal opressor como as transnacionais que, segundo ele – e nós concordamos –, realmente dominam o mundo. Tal dominação/opressão é muito mais sutil e silenciosa, e, talvez por isso, perigosa, que uma dominação/opressão política exercida por um Estado, legítimo ou não. Ela, através de seus múltiplos agentes e beneficiários, vai lentamente degradando a vida das classes populares, seus meios de trabalho, suas tradições, sua cultura. Em nome das maravilhas da globalização e da tecnologia, todos vão sendo descaracterizados e padronizados, formando-se uma massa disforme e sem vontade própria. Em outras palavras, novamente, uma massa alienada, ainda que por outras vias.

Em *A Caverna* quem exerce esse papel de opressor sócio-econômico-cultural é o grande Centro econômico que “dita” as regras da vida na região onde se passa a história. O oleiro Cipriano Algor, personagem central do livro, fornece peças artesanais de barro para o tal Centro há muito tempo e tem com ele um contrato de exclusividade. De repente (já no primeiro capítulo), sem nenhum aviso prévio, o *shopping* deixa de comprar os produtos de Cipriano em troca de outros de plástico idênticos ao dele, porém mais baratos e resistentes. E, claro, a vida do oleiro, junto com seu trabalho e seus costumes, é imediatamente prejudicada. Desde o início, então, já fica clara a atitude política que Saramago terá nesse momento do processo histórico: vai denunciar o “progresso” econômico que a todo custo que subverte o trabalho e a cultura populares. O autor sabe, certamente, que preservar as tradições de vida da população de determinado local não é mantê-las estagnadas e isoladas de tudo. Mas sabe, também, que o fator cultural é um importante instrumento de opressão manipulado pelas elites no poder – principalmente, o econômico. E investe contra elas – agora nesse novo “campo de batalha”. Os detentores do poder se põem a difundir os valores de uma cultura comum – evidentemente, a deles – e massacram toda e qualquer diferença. Saramago, então, propõe-se a combater essa nova alienação. É a sua nova atitude política. É o que faz em *A Caverna*. O trecho inicial de um capítulo do livro é significativo dentro do que estamos discutindo:

As sentidas razões de queixa de Cipriano Algor contra a impiedosa política comercial do Centro, extensamente apresentadas neste relato *de um ponto de vista de confessada simpatia de classe* que, no entanto, assim o cremos, *em nenhum momento se afastou da mais rigorosa isenção de juízo*, não poderão fazer esquecer, ainda que arriscando um espevitar inoportuno da adormecida fogueira das conflituosas relações históricas entre o capital e o trabalho, não poderão fazer esquecer, dizíamos, que o dito Cipriano Algor carrega com algumas culpas próprias de tudo isto, a primeira das quais, ingênua, inocente, mas, como à inocência e à ingenuidade tantas vezes tem sucedido, raiz maligna das outras, *foi pensar que certos gostos e necessidades dos contemporâneos do avô fundador, em matéria de produtos cerâmicos, se iriam manter inalteráveis per omnia saecula saeculorum ou, pelo menos, durante toda a sua vida, o que vem a dar no mesmo, se bem repararmos* (SARAMAGO, 2001, p. 147, grifos nossos).

Perceba-se como Saramago tem consciência de que a cultura popular – no caso, representada pelo artesanato de Cipriano – não é, nem pode ser, um elemento estático no processo histórico. Ele está, certamente, ao lado do homem do povo – leia-se a “simpatia de classe” –, mas isto não o impede de ter uma avaliação crítica sobre a situação do oleiro e, por extensão, da vida, do trabalho e da cultura populares. Entendamos, enfim, que sua atitude política em *A Caverna* não é defender uma forma de vida tradicional contra os “males” da civilização moderna. O que ele se propõe a fazer – caso ainda não tenha ficado claro – é denunciar a eliminação de diversas culturas em prol de uma só, massificada e guiada pelo capital.

Em diversos momentos do livro, Saramago reitera a posição de lutar contra essa massificação das culturas. Destacaríamos dois como ilustração – tendo em vista o nosso pouco espaço e a grande quantidade de exemplos que poderiam ser citados. Em determinado momento da história, Cipriano crê que vai ser assaltado e que a carga de peças de barro que carrega em sua furgoneta vai ser roubada por um homem “sujo e mal-encarado” (SARAMAGO, 2001, p. 25). O oleiro, porém, é tomado por grande surpresa, quando descobre que o homem, ao ver seu veículo parado, apenas viera lhe oferecer ajuda. Muito agradecido, Cipriano Algor presenteia o desconhecido com algumas das peças artesanais que carregava. E o narrador constata:

(...) [estando com as mãos ocupadas com os presentes], não teve o beneficiado muito de si com que agradecer, só a vulgar palavra obrigado, que tanto é sincera como não, e a surpresa de uma inclinação de cabeça nada de harmonia com a classe social a que pertence, *o que isto quer dizer é que saberíamos muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afínco as suas contradições em vez de perdermos tanto tempo com as identidades e as coerências, que essas têm obrigação de explicar-se por si mesmas* (SARAMAGO, 2001, p. 26, grifos nossos),

Fica, então, clara a atitude política de Saramago nesse romance: como já dissemos anteriormente, “denunciar a eliminação de diversas culturas em prol de uma só, massificada e guiada pelo capital”. Consciente da fragmentação e do desenraizamento do homem pós-moderno, ele, em momento algum, prega uma “unificação” de culturas ou um critério de valor para julgar que esta ou aquela seja melhor. Não é isso. É um respeito pelas diferenças e não por uma quimera de identidades que se faz presente na obra.

O outro momento que gostaríamos de citar é quando Marta, a filha de Cipriano, pergunta ao pai o que farão em caso do Centro não mais lhes comprar peça alguma: “Que irá ser de nós se o Centro deixa de comprar, para quem passaremos a fabricar louça se são os gostos do Centro que determinam os gostos de toda a gente [?]” (SARAMAGO, 2001, p. 42). A palavra Centro, citada duas vezes nesse excerto, é mais que simbólica; ela carrega na sua carga semântica toda a opressão que se quer combater: é ela o centro que restringe a margem, a cultura massificada que “dita” moda ao gosto da elite e do capital, o “rolo compressor” de uma pseudo-identidade pronta a esmagar a todas as diferenças. Porém, lembrando, será um árduo combate. Enfrentar um regime polí-

tico com líder, métodos e localização conhecidos é uma coisa; enfrentar um opressor sócio-econômico-cultural, com liderança dispersa e métodos desconhecidos, velados e sorrateiros, é outra bem diferente.

No atual momento em que vivemos, trocou-se a experiência pela observação passiva. E a massificação cultural tornou-se mais fácil, a partir do momento em que os indivíduos deixaram de praticar para meramente absorver. Pensamos que a base das culturas populares, tradicionais e alternativas, que subsistem em contraposição à cultura de massas, é exatamente a experiência. Compare-se, por exemplo, assistir a um filme no cinema e assisti-lo em casa, no aparelho de DVD. Compare-se, ainda, ir a uma feira de artesanato ou ouvir um contador de histórias com acompanhar a telenovela preferida na televisão. Entender-se-á o que estamos falando. E não estamos fazendo juízo de valor; estamos, simplesmente, opondo experiência a uma, diríamos, “não-experiência”. E, mais uma vez, lembramo-nos de Walter Benjamin. A sua metáfora do narrador que, como um oleiro – coincidentemente um oleiro! – a imprimir sua mão na argila do vaso que fabrica, deixa na narrativa que conta a sua marca, é para nós imprescindível nesse momento. É disso que viemos falando até aqui. Contrapor, nos fragmentados tempos pós-modernos, uma ação efetiva e baseada na experimentação a um “insípido” bloco de informações massificadas a serem meramente absorvidas. Talvez seja essa a chave para a preservação das culturas *out-siders* em tempos globalizados. E mais, a metáfora de Benjamin nos serve, também, para representar o próprio José Saramago. Que imagem poderia ser melhor para representá-lo que a de um artista que imprime no que faz a própria experiência?

Mas, não podemos encerrar essa discussão sem retornar à questão dos arquivos. Qualquer ida a eles – como, mais uma vez, nos ensina Derrida –, tende a ameaçar sua institucionalidade e sua ordem. Parece-nos que Saramago age intencionalmente nesse sentido. Em outras palavras, ele não vai aos arquivos cheio de “ingênuas intenções” apenas acessá-los e, por um despropósito qualquer, os desorganizar. Ele vai, mesmo, para acessar seus “começos” e para subverter seus “comandos”. E essa subversão é exatamente a maneira encontrada por Saramago para atuar politicamente no passado do processo histórico oficial – e, por extensão, também na construção da política e na revisão da literatura.

Essa ida subversora aos arquivos é a raiz dos romances de José Saramago, juntamente à ação política dialética que interfere no presente – sobre a qual já explanamos. Pensemos em exemplos para melhor ilustrar tal assertiva. O que são *História do Cerco de Lisboa*, *Memorial do Convento*, *O Evangelho segundo Jesus Cristo* e *O Ano da Morte de Ricardo Reis*? Ora, atos rebeldes do escritor com vistas a questionar e/ou desmascarar as oficialidades. Nos dois primeiros, são postos em questão dados da história oficial de Portugal; no penúltimo, a própria história universal e a teologia; no último, a literatura canônica e a intelectualidade.

E Saramago subverte os seus próprios arquivos! Em uma prova incontestável de sua compreensão sobre a dinâmica da história, ele sempre revisita e questiona a sua própria formação política e literária para não se transformar, exatamente, no protótipo do indivíduo em que não acredita: o pseudorradical “monolítico” cheio de certezas irremovíveis e de indisposição para o diálogo. Ele não vai, em momento algum, renegar sua ideologia e seus princípios, sejam eles políticos ou literários. Vai apenas adaptá-los às circunstâncias históricas de cada momento – como, aliás, já demonstramos ser uma atitude inerente à sua forma de pensar e agir. Assim ele faz em relação ao movimento literário do qual é tributário, o neo-realismo português, e em relação à ideologia que, como já sabemos, estruturou sua formação política: o marxismo.

Concluir qualquer trabalho sobre a obra de José Saramago seria não fazer justiça a ela própria. Com a infinidade de temas, personagens, lugares, tempos e situações que ela nos apresenta, queremos mais é aproveitá-la e estudá-la, não encarcerá-la dentro de um molde pré-estabelecido. Mas, de qualquer forma, esperamos que tenha sido ressaltado, como pretendíamos desde o início, o caráter político *lato sensu* de seus romances. Que prevaleça a ideia: somente da luta cotidiana do homem é que podem surgir possíveis soluções para seus próprios problemas. Não há uma luz iluminando o ca-

minho. Há, sim, um caminho cheio de curvas, onde só se vê a próxima quando se chega à anterior. Assim é a obra de Saramago. Assim é a existência humana. João Mau-Tempo e Cipriano Algor sempre estarão por aí a, politicamente, influir no processo histórico.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista (1848)*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

SARAMAGO, José. *A Caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Levantado do chão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SARLO, Beatriz. Os Militares e a História: contra os cães do esquecimento, in: *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 25-34.